

JOSÉ ROBERTO SOTERO DE MELLO PORTO
Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro. Doutorando
e mestre em Direito Processual (UERJ). Membro do
Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP).

TEORIA GERAL DOS CASOS REPETITIVOS



Rio de Janeiro
2018

1ª edição – 2018

© Copyright

José Roberto Sotero de Mello Porto

Presidente do Conselho Editorial

Nelson Nery Costa

Diagramação

Olga Martins

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

P881t

Porto, José Roberto Sotero de Mello

Teoria geral dos casos repetitivos / José Roberto Sotero de Mello Porto. - 1. ed. - Rio de Janeiro : LMJ Mundo Jurídico, 2018.

254 p.; 24 cm.

1135864

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-9524-051-3

1. Direito processual - Brasil. 2. Recurso Repetitivo. 3. Incidente de resolução de demandas repetitivas - IRDR. I. Título.

18-52366

CDU: 347.9(81)

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
GZ EDITORA

contato@editoragz.com.br

www.editoragz.com.br

Av. Erasmo Braga, 299 – Sala 202 – 2º andar – Centro

CEP: 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

ÍNDICE SISTEMÁTICO

AGRADECIMENTOS	IX
APRESENTAÇÃO	XI
PREFÁCIO	XV
 INTRODUÇÃO	 1
 Capítulo 1	
CONTEXTO MOTIVADOR DO MICROSSISTEMA	
1.1. Contexto fático	3
1.2. Contexto jurídico	9
 Capítulo 2	
PRINCÍPIOS FUNDAMENTADORES DO MICROSSISTEMA	
2.1. Isonomia	21
2.2. Segurança jurídica	27
2.2.1. Segurança-previsibilidade	28
2.2.2. Segurança-estabilidade	31
2.3. Liberdade	37
2.4. Legalidade	38
2.5. Motivação	41
2.6. Acesso à justiça	46
2.7. Duração razoável do processo	50
2.8. Celeridade	52
2.9. Economia processual	55
2.10. Eficiência	57
2.11. Cooperação	61
2.12. Primazia do mérito	64
2.13. Ampla participação	65
2.14. Publicidade	67
 Capítulo 3	
O MICROSSISTEMA DE CASOS REPETITIVOS	
3.1. Finalidades	71
3.2. Dinâmica de funcionamento	74
3.3. Histórico: das menções esparsas ao microssistema	75
3.4. Microssistema de casos repetitivos	88
3.5. Casos repetitivos <i>versus</i> ação coletiva	92

3.5.1. Ações coletivas e o novo Código de Processo Civil.....	92
3.5.2. Casos repetitivos são técnica de tutela coletiva? Tutela coletiva pela via principal e tutela coletiva pela via incidental	95
3.5.3. Existe prioridade entre as técnicas?	105
3.5.3.1. Teoria exclusivista ou unitária	105
3.5.3.2. Teoria complementadora ou dualista	106

Capítulo 4

ELEMENTOS DA TEORIA GERAL DOS CASOS REPETITIVOS

4.1. Natureza jurídica.....	109
4.1.1. Critério formal: incidente processual ou processo incidental?	109
4.1.2. Critério material: caso-piloto ou procedimento modelo?	113
4.2. Competência	117
4.2.1. Competência para o IRDR.....	118
4.2.1.1. IRDR nos tribunais superiores.....	120
4.2.1.2. IRDR nos juizados especiais	124
4.2.2. Competência para o incidente de julgamento de recursos repetitivos	127
4.3. Legitimidade.....	127
4.3.1. Legitimidade para o IRDR	128
4.3.1.1. Legitimidade do juiz.....	128
4.3.1.2. Legitimidade do relator (e do órgão colegiado)	129
4.3.1.3. Legitimidade das partes	130
4.3.1.4. Legitimidade do Ministério Público e da Defensoria Pública	131
4.3.1.4.1. Intervenção nos incidentes.....	133
4.3.2. Legitimidade para o incidente de julgamento de recursos repetitivos.....	134
4.4. Cabimento.....	136
4.4.1. Poder-dever ou ato discricionário?.....	137
4.4.2. Primeiro requisito positivo: multiplicidade de causas sobre mesma questão de direito	137
4.4.2.1. Multiplicidade de causas: a efetiva repetição de processos (interesse processual)	137
4.4.2.2. Questão comum de direito	140
4.4.3. Segundo requisito positivo: risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica	145
4.4.4. Requisito negativo: ausência de recurso repetitivo afetado.....	148
4.5. Procedimento.....	151
4.5.1. Instauração.....	151
4.5.1.1. Registro nos sistemas eletrônicos	154
4.5.1.2. Dispensa de custas.....	155
4.5.2. Decisão de admissão	155

4.5.3.1. Escolha de casos paradigmas	159
4.5.3.2. Identificar a questão controvertida	165
4.5.3.3. Prevenção do relator/órgão colegiado	168
4.5.3.4. Suspensão das ações em curso.....	168
4.5.3.5. Requisição de informações e de processos.....	179
4.5.3.6. Intimação do Ministério Público e da Defensoria Pública	179
4.5.3.7. Fixação de tese provisória.....	180
4.5.4. Instrução	181
4.5.5. Julgamento	185
4.5.5.1. Etapa essencial: fixação da tese	185
4.5.5.2. Etapa acessória: aplicação da tese	188
4.6. Eficácia da tese.....	190
4.6.1. Eficácia atual, contemporânea ou panprocessual (eficácia do caso)	190
4.6.2. Eficácia prospectiva, futura ou (a)temporal (eficácia do precedente)	196
4.6.3. Eficácia espacial ou territorial	200
4.6.4. Eficácia normativa ou exjudiciária.....	201
4.7. Consensualidade	206
4.7.1. Acordo nos processos sobrestados	207
4.7.2. Acordo no processo afetado.....	211
4.8. Recorribilidade.....	212
4.9. Rescindibilidade	217
4.10. Revisibilidade	219
POSFÁCIO.....	223
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	225